



Cimeira da União Africana

Decorreu, no passado mês de janeiro, a XVIII Cimeira da União Africana (UA) sub-bordinada ao tema "Impulsionar o Comércio Intra-africano". [Pag 2/3](#)

Eleições Presidenciais no Senegal

O Senegal viveu, desde o início do ano, num clima de grande tensão devido às eleições presidenciais. Grande parte da tensão derivou do facto do Presidente Abdulaye Wade de 85 anos, e que está no poder desde 2000, se candidatar a mais um mandato de sete anos. [Pag 3/4](#)

Eleições Presidenciais na Guiné Bissau

Para as eleições presidenciais antecipadas de 18 de março, o Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau recebeu 14 candidaturas. Destas candidaturas, dez contaram com o apoio de partidos e quatro candidatos apresentaram-se como independentes. [Pag 4/5/6](#)

Trocas Comerciais China-Países Lusófonos

Estatísticas divulgadas pelo Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum Macau revelaram que as trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa aumentaram 28% no ano passado. [Pag 6](#)

Grandes Investimentos em São Tomé e Príncipe

Após vários meses de impasse, o Governo santomense, liderado por Patrice Trovada, deu luz verde para a assinatura do acordo de investimento na ilha do Príncipe com a empresa da empresa HBD-Boa Via de capital sul-africano. Esta empresa, detida pelo milionário sul-africano, Mark Shuttleworth, tinha negociado com o Governo Regional do Príncipe os termos de um grande investimento na Ilha. [Pag 7/8](#)

Portugal e Moçambique assinam novo Acordo de Cooperação

Portugal e Moçambique assinaram a 18 de fevereiro em Maputo o novo Programa Indicativo de Cooperação 2011-14 (PIC) e o apoio direto de Lisboa ao Orçamento de Estado (OE) moçambicano para 2012. [Pag 8](#)

Remessas de Emigrantes Portugueses em Angola

Angola é a terceira principal origem das remessas de emigrantes portugueses, registando em 2011 cerca de 147 milhões de euros, de acordo com dados do Banco de Portugal. [Pag 9](#)

São Tomé Apoia a Guiné Equatorial

Durante a visita oficial que fez à Guiné Equatorial, em março, o Presidente de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, garantiu ao seu homólogo, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, o seu empenho pessoal para que a Guiné Equatorial seja, o mais breve possível, membro de pleno direito da CPLP. [Pag 9/10](#)

Instabilidade na Líbia

Quatro meses após a queda do regime de Khadafi, a frágil coligação que o derubou começou a mostrar sinais de clara ruptura ente os seus membros. [Pag 10](#)

CEDEAO Elegeu Novos Dirigentes

A Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Ocidental elegeu, durante a sua 40ª Cimeira que se realizou na Nigéria em fevereiro, os seus novos dirigentes. [Pag 11](#)

Chivukuvuku Candidato às Presidenciais Angolanas

O antigo Conselheiro de Savimbi e membro histórico da UNITA, Abel Chivukuvuku apresentou, a 14 de março, a sua candidatura às eleições presidenciais em Angola. [Pag 12](#)



Cimeira da União Africana

■ Luís Castelo Branco

Decorreu, no passado mês de janeiro, a XVIII Cimeira da União Africana (UA) subordinada ao tema "Impulsionar o Comércio Intra-africano".

Um dos pontos centrais desta Cimeira foi a eleição do Presidente da Comissão da União Africana. Para o cargo apresentaram-se dois candidatos, o atual Presidente da Comissão, o gabonês Jean Ping, antigo ministro e homem de confiança do ex-presidente do Gabão Omar Bongo, e a antiga Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul e ex-mulher do Presidente sul-africano Jacob Zuma Nkozasana Dlamini Zuma. Mais do que duas candidaturas isoladas, estas duas personalidades representavam grupos de influência bem diferentes. Enquanto Ping contava com o apoio dos países africanos francófonos, Zuma tinha o apoio dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), os quais se mostravam muito críticos em relação à atuação do anterior Presidente da Comissão.

O desagrado dos países da África Austral em relação a Jean Ping foi bem patente nas palavras do Ministro angolano das Relações Exteriores, Georges Chikoti, o qual afirmou que e Nkozasana Dlamini Zuma tinha a confiança de todos os Estados da SADC para proceder a profundas alterações no funcionamento da UA, uma vez que a Organização pan-africana não tomou, nos últimos quatro anos, decisões credíveis para os interesses de África. Chikoti frisou que a candidata da SADC era a única capaz de imprimir uma nova dinâmica, apresentar novas ideias e uma visão para o funcionamento da União Africana.

A Cimeira chegou ao fim sem que fosse possível eleger o novo Presidente da Comissão da União Africana. Após três votações, nenhum dos candidatos obteve os necessários dois terços para ser eleito. A questão foi adiada para a próxima Cimeira da UA a ter lugar em julho no Malawi. Até lá, Jean Ping mantém-se no lugar.

Esta situação demonstrou bem a divisão que existe no seio da UA sobre o caminho que a Organização deve seguir. O atual Presidente foi muito criticado pela forma como lidou com a crise na Líbia até à queda de Khadafi, evitando criticar o regime nas suas ações contra os rebeldes. Esta situação não terá sido alheio o facto de Khadafi ter sido um dos grandes impulsionadores da União Africana, organização que sonhou transformar nos Estados Unidos de África sob seu comando. Por outro lado, Jean Ping também se mostrou muito crítico dos esforços de mediação feitos pelo Presidente sul-africano Jacob Zuma durante a crise líbia, o que lhe valeu o desagrado das autoridades sul-africanas.

No primeiro dia da Cimeira, o Chefe de Estado do Benin, Boni Yayi, foi eleito Presidente da União Africana para os próximos 12 meses, após a desistência da Gâmbia e da Nigéria. O líder beninense substituiu no cargo o Presidente da Guiné Equatorial, Obiang Nguema Mbasogo. Segundo os critérios de rotação geográfica da União Africana, em 2012, a presidência da organização deveria ser ocupada por um país da África Ocidental.

Um outro tema polémico que foi abordado durante a Cimeira teve a ver com as relações com o Tribunal Penal Internacional (TPI) por causa do mandato de captura emitido contra o Presidente do Sudão, Omar Al Bashir em 2009, sob a acusação de crimes de guerra e contra a humanidade e devido à sua atuação no conflito do Darfur. Este mandato foi, desde sempre, contestado por diversos países africanos, os quais contestam a legitimidade do TPI para retirar a imunidade a Omar Al Bashir.

Em relação ao tema central da Cimeira, o comércio intra-africano, os líderes dos estados membros aprovaram um programa destinado a melhorar as infraestruturas africanas, nomeadamente no sector dos transportes e energia para aumentar a competitividade do Continente. Esta intenção deu lugar a um programa, intitulado Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas em África (PIDA)¹, o qual foi aprovado durante a Cimeira.

A primeira fase do PIDA prevê a concretização de 51 projetos, a nível continental ou regional, até 2020 e abrange todos os países de língua portuguesa no Continente.

O PIDA resulta de um estudo realizado pela UA, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e visa acelerar a concretização de infraestruturas no continente africano em áreas como os transportes, energia, informação e telecomunicações, bem como cursos de água transfronteiriços. Os projetos foram desenhados para apoiar a integração regional e continental de África e, a longo prazo, visam melhorar a integração física do Continente, aumentar o comércio intra-africano e a competitividade de África na economia global.

O Programa baseia-se na previsão de que os países africanos irão

¹ Comissão Económica para África & Comissão da União Africana: **Financiamento do Programa de Infraestruturas Desenvolvimento em África (PIDA)**. <http://www.uneca.org/cfm/2012/documents/Portugeese/COM12-PIDA-ReportPR.pdf>



Eleições Presidenciais no Senegal

crescer uma média de 6% por ano até 2040, multiplicando por seis o PIB nos próximos 30 anos. Este crescimento aumentará a necessidade de infraestruturas do Continente, as menos desenvolvidas do mundo. Estima-se que só a falta de infraestruturas retira 2% à taxa de crescimento económico de África todos os anos. Por causa da má qualidade das redes de transportes, os custos do transporte em África são dos mais elevados do mundo, o que prejudica o comércio inter-regional, mas também a capacidade de competição nos mercados internacionais.

A modernização do sistema ferroviário e portuário, que serve a área de exploração de carvão de Moatize, em Moçambique e no Malawi, no valor de 500 milhões de USD e a melhoria do transporte marítimo de ligação entre as ilhas e o Continente, no corredor Praia-Dakar-Abidjan, envolvendo um investimento de 200 milhões de USD em oito países, incluindo Cabo-Verde e Guiné-Bissau, são alguns dos projetos na área dos transportes.

No sector da energia, o Programa prevê um investimento de 10,5 mil milhões de USD na interligação, através de uma linha de 3,8 mil quilómetros, entre África do Sul, Angola, Gabão, Namíbia e Etiópia, bem como a aplicação de seis mil milhões de dólares numa linha de oito mil quilómetros para ligar o Egito à África do Sul, passando por oito países, incluindo Moçambique.

A XVIII Cimeira da União Africana já teve lugar na nova sede da organização pan-africana, inaugurada no início dos trabalhos. Financiada e construída pela China, o novo edifício tem 20 andares e 31 salas de conferências.

A nova sede, está dotada de um anfiteatro de 2.250 lugares, de vários salões VIP para as reuniões bilaterais entre Chefes de Estado e de Governo, e de salas para a imprensa, rádio e televisão. O complexo dispõe também de uma pista de aterragem de helicópteros para receber os dirigentes estrangeiros diretamente provenientes do aeroporto, eliminando as longas caravanas automóvel que causavam grandes engarrafamentos em Adis Abeba. O edifício vai albergar 700 dos 1.300 funcionários da União Africana. Os restantes 600 ficam nas antigas instalações.

Antes da construção desta nova sede, a União Africana era obrigada a alugar anualmente o grande anfiteatro da Comissão das Nações Unidas para África (CEA) para organizar as suas cimeiras.

O Senegal viveu, desde o início do ano, num clima de grande tensão devido às eleições presidenciais. Grande parte da tensão derivou do facto do Presidente Abdoulaye Wade de 85 anos, e que está no poder desde 2000, se candidatar a mais um mandato de sete anos.

Após ter sido conhecida a decisão do Tribunal Constitucional de permitir Wade candidatar-se a mais um mandato, registaram-se diversos incidentes entre a polícia e manifestantes, nomeadamente na capital, Dakar.

A Constituição senegalesa foi modificada em 2001, limitando os mandatos presidenciais a dois. Porém, como Wade foi eleito em 2000, os seus apoiantes consideraram que a lei não tinha efeitos retroativos, o que lhe permitia candidatar-se a um terceiro mandato.

Esta decisão foi, desde logo, contestada pelo Movimento das Forças Vivas da Nação de 23 de junho (M23), o qual acusou Wade de proceder um verdadeiro golpe de estado constitucional e de nada ter feito durante os seus dois mandatos para diminuir a pobreza da população senegalesa.

Ao mesmo tempo que se pronunciou sobre a possibilidade de Wade se recandidatar, o Tribunal Constitucional aprovou outras 13 candidaturas. Além da candidatura do Presidente Wade, o Tribunal aprovou as candidaturas dos antigos primeiros-ministros Macky Sall, Idrissa Seck e Moustapha Niassse, dos antigos ministros dos Negócios Estrangeiros, Cheikh Tidiane Gadio e Ibrahima Fall, do presidente da Câmara de Saint-Louis (norte), Cheikh Bamba Dieye, do advogado Doudou Ndoye, do líder do Partido Socialista (PS), Ousmane Tanor Dieng, da estilista Diouma Dieng Diakhaté, da docente universitária Amsatou Sow Sidibé, de Mor Dieng, de Djribil Ngom e de Oumar Khassimou Dia.

Porém, o Tribunal Constitucional rejeitou as candidaturas de Kéba Keinde, de Abdourahmane Sarr e do conhecido músico senegalês, Youssou N'Dour, alegando que não tinham obtido as necessárias 10 mil assinaturas.

Na primeira volta das eleições presidenciais, realizadas a 26 de fevereiro, nenhum dos candidatos obteve a maioria absoluta, pelo que foi necessário recorrer a uma segunda volta com os dois candidatos mais votados, Abdoulaye Wade, que obteve 35% dos votos e Macky Sall, que alcançou 26%. A segunda volta das eleições ficou marcada para 25 de março.

O processo eleitoral senegalês assumiu especial importância não só a nível nacional, como também em termos regionais e continentais. Desde a sua independência, o Senegal tem sido um exemplo de estabilidade na África Ocidental, onde os golpes de estado, ao contrário de muitos dos seus vizinhos, nunca fizeram escola. Os senegaleses sempre se mostraram orgulhosos da sua democracia, a qual era vista como um exemplo a seguir pelos outros países da região. Internacionalmente, as grandes potências, nomeadamente a França e os EUA, contavam com o Senegal como fiel aliado numa região especialmente conturbada de África.

A vitória eleitoral de Wade em 2000, veio alterar o cenário político senegalês. Depois de várias tentativas para se tornar Presidente, Wade conseguiu-o, sendo que dele se esperava um respeito pelas regras democráticas. Porém, os seus mandatos foram marcados por vários casos de violação da liberdade de expressão e duras represões contra os seus críticos. O facto de ter contornado a lei, com o beneplácito do Tribunal Constitucional, para se candidatar a um terceiro mandato, prejudicou ainda mais a sua imagem.

Na segunda volta, o ex-Primeiro-Ministro Macky Sall conseguiu vencer as eleições colocando fim a 12 anos de poder de Abdoulaye Wade. Apesar da violência registada durante a campanha eleitoral e após a primeira volta, desta vez a votação decorreu com normalidade com Wade a felicitar o seu adversário pela vitória alcançada. Macky Sall venceu a segunda volta das com 65,8% dos votos, enquanto que Wade obteve 34,2% dos votos.

Eleições Presidenciais na Guiné Bissau

Para as eleições presidenciais antecipadas de 18 de março, o Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau recebeu 14 candidaturas. Destas candidaturas, dez contaram com o apoio de partidos e quatro candidatos apresentaram-se como independentes.

Ao nível dos principais partidos, os candidatos foram, Carlos Gomes Júnior "Cadogo", Primeiro-ministro e Presidente do partido no poder, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), e Kumba Ialá que concorreu com o apoio do Partido da Renovação Social (PRS), maior partido da oposição.

Henrique Rosa, empresário, Baciro Djá, Ministro da Defesa, Luís Nancassa, professor, e Manuel Serifo Nahmadjo, Presidente interino da Assembleia Nacional, concorreram como independentes.

Depois surgiram candidatos apoiados por partidos mais pequenos, como Aregado Mantenquete, do Partido dos Trabalhadores (PT), Serifo Baldé, do Partido Democrático Socialista de Salvação Guineense (PDSSG), e Ibraima Djaló, do Partido da Nova Democracia (PND).

Ibraima Djaló teve o apoio do Congresso Nacional Africano (CNA), Cirilo Augusto de Oliveira do Partido Socialista da Guiné-Bissau (PS-GB), Empossa Ié do Centro Democrático (CD) e Vicente Fernandes da Aliança Democrática (AD). Afonso Té apareceu na lista do Tribunal com o apoio do Partido Republicano da Independência e Desenvolvimento (PRID), embora a direção do partido negue que o tenha apoiado.

Após ter analisado as várias candidaturas, o Supremo Tribunal validou dez e excluiu quatro. Foram rejeitadas as candidaturas de Aregado Mantenquete, do PT (Partido dos Trabalhadores), de Ibraima Djaló, do PND (Partido da Nova Democracia), de Cirilo Rodrigues de Oliveira, do PS-GB (Partido Socialista da Guiné-Bissau), e de Empossa Ié, do CD (Centro Democrático).

A falta de documentação e a caducidade de órgãos do partido, num dos casos, foram as justificações do Supremo Tribunal de Justiça para rejeitar as quatro candidaturas. Logo após o início da campanha eleitoral, Ibraima Alfa Djaló, candidato do CNA - Congresso Nacional Africano, desistiu, alegando que o processo estava marcado por irregularidades várias e a falta de meios para efetuar a campanha eleitoral.

No conjunto dos candidatos havia quatro que claramente tinham mais hipóteses de vencer ou de, pelo menos, passar a segunda volta. À partida o grande favorito era Carlos Gomes Júnior. No entanto, o processo da sua nomeação dentro do PAIGC não foi pacífica, o que levou a que outros dois membros do PAIGC decidissem apresentar-se como candidatos independentes: Serifo Nhamadjo, Presidente interino da Assembleia Nacional, e Baciro Dja, Ministro da Defesa. A sua candidatura também foi contestada por alguns partidos da oposição, os quais a contestaram junto do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). A decisão final do STJ foi muito equilibrada, com três votos a favor e três votos contra, tendo a Presidente do STJ, Maria do Céu Silva Monteiro, desempatado a favor de Carlos Gomes Júnior.



O argumento dos queixosos baseava-se no facto da candidatura de Cadogo ter iniciado a sua campanha antes de renunciar ao cargo de Primeiro-ministro, contrariando claramente a Constituição.

Henrique Rosa, foi Presidente interino durante a transição que se seguiu ao derrube de Kumba Ialá em 2003. Durante os poucos meses que esteve à frente dos destinos do país conseguiu transmitir uma imagem interna e internacional de credibilidade. Nas últimas eleições presidenciais obteve bons resultados no seio da população jovem e urbana, tendo vencido em Bissau e na região de Biombo.

Kumba Ialá tem vivido nos últimos anos em Marrocos, justificando o seu silêncio por não se querer intrometer nem prejudicar quem estava a dirigir o país, e também não querendo fazer comentários à situação atual da Guiné-Bissau precisamente porque esteve ausente do país. Ialá baseou a sua campanha na necessidade de se promover a estabilidade no país e o clima de reconciliação nacional.

Manuel Serifo Nhamadjo, embora seja deputado desde 1994, é conhecido da população sobretudo pelo facto de ter sido presidente de dois clubes de futebol, o Benfica de Bissau e o Desportivo de Mansaba, e ainda por ter passado pelo cargo de dirigente da federação de futebol.

Apesar de ser membro do PAIGC, incompatibilizou-se com o seu partido por discordar da forma como Carlos Gomes Júnior, Primeiro-ministro e líder do partido, foi escolhido para ser o candidato oficial.

Nhamadjo assumiu-se como o herdeiro legítimo do legado político do falecido Presidente guineense Malam Bacai Sanhá, de quem diz pretender prosseguir a senda da pacificação e da reconciliação. Aliás, ele é o Presidente executivo da Comissão da Reconciliação Nacional, um processo que foi patrocinado por Bacai Sanhá.

Várias organizações internacionais enviaram Missões de Observação Eleitoral. A CPLP enviou uma missão de 11 observadores, oriundos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, chefiados pelo cabo-verdiano Armindo Maurício. A CEDEAO enviou uma missão com 80 observadores oriundos dos países da África Ocidental liderada pelo antigo Presidente da Níger, Salou Djibo. Ambas as Missões consideraram que o processo decorreu dentro da normalidade e que os pequenos incidentes registados não comprometeram o resultado final.

A campanha eleitoral foi marcada por intensas acusações entre os principais candidatos a passarem a uma segunda volta contra o candidato oficial do PAIGC, Carlos Gomes Júnior. Nesse sentido, Serifo Nhamadjo, acusou Carlos Gomes Júnior de utilizar os meios do Estado a favor da sua campanha e de já a ter preparado mesmo da morte do anterior Presidente. Kumba Ialá oscilou o seu discurso de campanha entre a necessidade reabilitar a sua imagem, apelando à necessidade de estabilidade política, e reforçando a ideia da sua capacidade de lidar com os problemas do país. Henrique Rosa também criticou Carlos Gomes Júnior por não ter resolvido os problemas do país durante o seu governo, ao mesmo tempo que tentava capitalizar a sua boa imagem entre os jovens nos principais centros urbanos na tentativa de repetir os bons resultados das últimas presidenciais.

Apesar do dia das eleições ter decorrido com normalidade, e as Missões de Observação Internacionais terem declarado que o processo foi livre e democrático, surgiram alguns problemas com os resultados. Cinco dos principais candidatos às eleições presidenciais exigiram hoje a nulidade da votação e um novo recenseamento eleitoral credível. Kumba Ialá leu uma declaração, também em nome de Henrique Rosa, Serifo Nhamadjo, Serifo Baldé e Afonso Té, na qual referiu existirem graves irregularidades e fortes indícios de corrupção generalizada que desacreditam as eleições presidenciais. Neste comunicado, os representantes dos candidatos denunciaram votos depositados em listas eleitorais ocultas e com falsos títulos de eleitor, votos duplicados, centros de votação fictícios, transporte ilegal de eleitores e de material eleitoral.

Apesar da contestação, os resultados da primeira volta implicaram uma segunda volta, uma vez que nenhum dos candidatos obteve mais do que 50% dos votos. Os resultados da primeira volta foram os seguintes:

Resultados Eleitorais Presidenciais na Guiné Bissau	
1ª Volta – 18 março 2012	
Carlos Gomes Júnior	154.797 (48,97%)
Kumba Ialá	76.842 (23,36%)
Serifo Nhamadjo	49.767 (15,65%)
Henrique Rosa	17.070 (5,40%)
Baciro Djá	10.298 (3,26%)
Afonso Té	4.396 (1,38%)
Vicente Fernandes	3.300 (1,04%)
Serifo Baldé	1.463 (0,46%)
Luís Nancassa	1.174 (0,37%)

Fonte: Comissão Nacional Eleições GB



A abstenção também bateu o seu record nestas eleições com uma taxa de 45%, num universo de 326.399 votantes. A segura volta ficou marcada para dia 22 de Abril.

Trocas Comerciais China-Países Lusófonos

Estatísticas divulgadas pelo Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum Macau revelaram que as trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa aumentaram 28% no ano passado, face a 2010, ascendendo a 117,2 mil milhões de dólares (89,2 mil milhões de euros em 2010).

Em 2011, a China comprou aos oito países lusófonos produtos no valor de 78,9 mil milhões de dólares (60,1 mil milhões de euros), mais 27,6% do que no ano anterior.

Por outro lado, a China exportou para a lusofonia produtos no valor de 38,2 mil milhões de dólares (29 mil milhões de euros), o que representa um aumento de 29,4% em relação a 2010.

O Brasil manteve-se como o principal parceiro económico da China, com um volume de trocas comerciais de 84,5 mil milhões de dólares (64,3 mil milhões de euros), mais 35,2% do que em 2010.

As exportações brasileiras ascenderam a 52,64 mil milhões de dólares (40 mil milhões de euros), enquanto as compras à China totalizaram 31,85 mil milhões de dólares (24,2 mil milhões de euros), mais 38,4% e 30,2%, respetivamente, do que em 2010.

Já com Angola, o segundo parceiro chinês no mundo lusófono, as trocas comerciais aumentaram 11,5% no ano passado para 27,67 mil milhões de dólares (21 mil milhões de euros), com vendas à China de 24,88 mil milhões de dólares (19 mil milhões de euros), mais 9,12%, e compras de 2,78 mil milhões de dólares (2,1 mil milhões de euros), mais 38,82% face a 2010.

No que diz respeito às trocas entre Portugal e os diversos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Angola continua a liderar destacado este comércio com mais de 80% do total das ex-

portações desse grupo, de acordo com números do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal.

As exportações dos PALOP para Portugal mais do que duplicaram em 2011, tendo-se cifrado em quase três mil milhões de dólares americanos. As vendas angolanas foram constituídas quase na totalidade por petróleo, aumentado 109% em termos anuais, um ritmo cinco vezes superior às importações angolanas de Portugal que aumentaram 22%. Esta diferença nas taxas de crescimento fez a balança comercial entre os dois países melhorar a favor de Luanda (mais 14,2%), apesar do saldo se manter negativo em 1,16 mil milhões de euros.

Cabo Verde, por seu turno, viu as suas exportações para Portugal crescerem acima das importações, melhorando a balança comercial em 4,2% face a 2010 e Moçambique registou uma subida de 44% nas vendas a Portugal.

Os números do INE atestam que as relações comerciais entre Portugal e os PALOP estão em franca expansão e a crescer muito acima dos restantes mercados com quem Portugal se relaciona, uma vez que a duplicação das exportações dos PALOP contrasta com o aumento de 1% das importações de Portugal em 2011 ou da subida de 12% das importações oriundas de outros países da União Europeia.

A economia portuguesa vendeu em 2011 cerca de 2,92 mil milhões de euros em bens e serviços aos cinco membros dos PALOP, mais 500 milhões de euros do que em 2010.





Grandes Investimentos em São Tomé e Príncipe

Após vários meses de impasse, o Governo santomense, liderado por Patrice Trovoada, deu luz verde para a assinatura do acordo de investimento na ilha do Príncipe com a empresa da empresa HBD-Boa Vida de capital sul-africano. Esta empresa, detida pelo milionário sul-africano, Mark Shuttleworth, tinha negociado com o Governo Regional do Príncipe os termos de um grande investimento na Ilha.

O investimento da empresa sul-africana HBD-Boa Vida está avaliado em mais de 70 milhões de euros. O grande objetivo é aproveitar as condições únicas da Ilha para o turismo, desenvolvendo vários polos de atração baseados nas praias e roças locais. Para além dos investimentos em unidades hoteleiras e resorts ecológicos, o projeto prevê melhorar toda uma série de equipamentos sociais, com especial destaque para o aeroporto e porto locais.

Segundo o Governo Regional do Príncipe o milionário sul-africano, considera o aeroporto e o porto da ilha como infraestruturas fundamentais para o sucesso do seu ambicioso projeto turístico que pretende implementar no Príncipe. O Grupo sul-africano, pretende construir uma nova pista no aeroporto do Príncipe, permitindo a aterragem de aeronaves de médio porte. Para além do aeroporto, Mark Shuttleworth, manifestou interesse em melhorar o funcionamento do porto do Príncipe, outra infraestrutura fundamental para garantia de sucesso do projeto turístico cuja implementação está baseada nas praias do ilhéu Bombom, da Praia Macaco e da Praia Boi. Outra componente assenta na recuperação e diversas roças da Ilha, nomeadamente a Roça Paciência, Roça Sundry e a Roça da Bela Vista.

O avanço deste projeto esteve comprometido devido ao acordo que já existia entre o governo santomense e um grupo holandês, o Rowmbont Swarbont, que pretendia implementar um projeto de plantação de palmeiras para produção de óleo de palma no Príncipe, através de investimentos da sociedade AGRIPALMA. O ponto central da discórdia estava no fato deste projeto do grupo holandês ter a concessão da Roça Sundry, no Príncipe, o que punha em causa o projeto da HBD Boa Vida.

A Sociedade AGRIPALMA, que está a desenvolver a produção de óleo de palma na Ribeira Peixe em São Tomé, exigia o pagamento de uma indemnização pela entrega da Roça Sundry ao grupo sul-africano. Para desbloquear a situação, o Presidente do Governo Regional do Príncipe, José Cassandra, explicou que o Governo Central, se com-

prometeu em procurar terras na ilha de São Tomé para conceder à AGRIPALMA, em troca dos terrenos da Roça Sundry, que passam para as mãos do grupo sul-africano, para desenvolvimento do turismo ecológico.

O acordo do governo santomense com o grupo holandês previa que este recuperasse o aeroporto do Príncipe e assegurasse a sua gestão após a conclusão das obras, o problema é que essas obras nunca terminaram. Ao querer agora entrar na recuperação e gestão do aeroporto do Príncipe, a empresa de Mark Shuttleworth teria que chegar antes a um acordo com o grupo holandês.

O projeto da HBD-Boa Vida, que já dá emprego a 200 pessoas no Príncipe, é visto como potencial motor de desenvolvimento da Ilha do Príncipe. A perspectiva de não se poder concretizar, provocou algum mal-estar entre as autoridades do Príncipe do governo central, as quais levaram a que surgissem manifestações de protesto no Príncipe contra o governo de Patrice Trovoada. Estas manifestações, que tiveram lugar em janeiro passado, demonstraram que o relacionamento entre as duas Ilhas não é pacífico.

O desbloquear deste investimento a Ilha do Príncipe coincidiu com o anúncio de um outro grande investimento realizar em São Tomé. Após uma visita à Suíça realizada pelo Primeiro-Ministro, em fevereiro, foi anunciado que o grupo GUNVOR, de capitais suíços e russos, irá investir no norte do país. O investimento, avaliada em 200 milhões de USD, visa a construção de um Centro de Negócios de Petróleo na zona da Espraínha. Apesar de ambicioso e desejado, este projeto não deixou de levar algumas dúvidas, uma vez que para esta mesma zona norte do país já estiveram prometidos grandes projetos, como o porto de águas profundas na zona de Fernão Dias, mas que nunca avançaram.

Este investimento será efetuado muito perto de um outro projeto liderado pela SONANGOL. Em 2009 o Estado Santomense e a SONANGOL assinaram um acordo que incluiu a concessão de uma das antigas dependências da Roça Ponta Figo, perto da cidade de Neves ao norte de São Tomé e localizada a beira-mar, para ser transformada num porto petrolífero.

Segundo o acordo, serão construídos reservatórios de combustíveis para abastecer os navios que circulam na região do Golfo da Guiné e prestação de outros serviços no domínio petrolífero. O investimento



da SONANGOL está avaliado em mais de 30 milhões de USD, e a zona foi concedida por um período de 20 anos renováveis. O acordo dá direito ao Estado santomense a receber 5% do negócio.

A manterem-se estes dois projetos, a região norte de São Tomé terá dois portos petrolíferos, separados por uma distância inferior a 5 quilómetros, o que é manifestamente excessivo para a região e para o país, o que implicará a desistência de um deles.

Portugal e Moçambique assinam Novo Acordo de Cooperação

Portugal e Moçambique assinaram a 18 de fevereiro em Maputo o novo Programa Indicativo de Cooperação 2011-14 (PIC) e o apoio direto de Lisboa ao Orçamento de Estado (OE) moçambicano para 2012. Apesar das restrições orçamentais portuguesas, o novo PIC terá um orçamento indicativo de 62 milhões de euros, naquilo que é entendido como uma aposta portuguesa na continuação do aprofundamento dos laços entre os dois países. De acordo com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal, Luís Brites de Oliveira, o desenvolvimento das diversas áreas da sociedade moçambicana é um fator atrativo para o maior investimento de empresas portuguesas no país.

O PIC 2011-2014 baseia-se, quer em linhas de continuidade, nomeadamente, no apoio português ao sector da educação e na capacitação de diversos ministérios moçambicanos, mas também contem algumas inovações. Para além das áreas de continuidade, o novo PIC apostará em duas novas áreas de intervenção, designadamente "Capacitação Científica e Tecnológica" e "Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial". O objetivo destas duas novas áreas é o de potencializar eventuais sinergias e complementaridade com as áreas tradicionais, bem como pelo contributo fundamental nos esforços de Luta contra a Pobreza e Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Uma outra inovação a destacar é a criação dos chamados Programas bandeira, os quais visam privilegiar intervenções de maior dimensão com o objectivo de evitar a fragmentação das ações e obter uma melhor relação de custo-benefício. No âmbito do novo PIC, os

programas Bandeira serão na área da Cooperação Técnico Policial e na área da Educação. Em ambos os casos, a escolha destas áreas deveu-se, por um lado, às mais-valias, experiência e bons resultados alcançados pela intervenção da Cooperação Portuguesa ao longo dos anos, e por outro, devido à dimensão das intervenções e volume financeiro envolvido.

Simultaneamente com a assinatura do novo PIC, Portugal também renovou o seu compromisso financeiro no apoio ao orçamento de Moçambique. Este apoio, que se traduz em 1.5 milhões de euros em 2012, visa apoiar os esforços de Moçambique na redução da pobreza através da implementação do seu Plano de Ação de Redução da Pobreza. (PARP). Para além de Portugal, no grupo de apoio ao orçamento de Moçambique, estão representados os principais doadores, bilaterais e multilaterais, de Moçambique, os quais contribuem anualmente com uma verba superior aos 400 milhões de euros.

Esta renovação do apoio português, embora não seja muito significativa em termos financeiros, se comparada com a de outros doadores, tem um importante valor simbólico devido à redução que outros parceiros estão a fazer das suas contribuições, ou, como é o caso da Holanda e da Bélgica que se retiraram.



Remessas de Emigrantes Portugueses em Angola

Angola é a terceira principal origem das remessas de emigrantes portugueses, registando em 2011 cerca de 147 milhões de euros, de acordo com dados do Banco de Portugal. À frente de Angola, nas fontes de remessas, está a França (868 milhões de euros) e a Suíça (681 milhões de euros). Este valor tem vindo a crescer gradualmente nos últimos anos:

Remessas de Emigrantes Portugueses Residentes em Angola 2004-2010	
Milhares de euros	
Ano	Montante
2004	20.641
2005	23.354
2006	32.946
2007	48.114
2008	70.862
2009	103.475
2010	134.874

Fonte: Banco Portugal in Observatório da Emigração
<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=9>

No ano passado, o montante enviado pelos portugueses residentes em Angola cresceu 10%, tendo ultrapassado os valores de outros destinos de emigração portuguesa, como os Estados Unidos, a Alemanha e o Luxemburgo.

Este aumento das remessas de emigrante oriunda de Angola é facilmente compreendido face ao aumento da emigração portuguesa para este país africano. A população portuguesa em Angola mais do que quadruplicou em apenas quatro anos. Em 2004, estimava-se que existiam cerca de 20 mil portugueses naquele país africano.

Hoje, a comunidade portuguesa deve estar prestes a atingir os 100 mil indivíduos. E a tendência é para aumentar. Basta ver o número de portugueses que se encontram legalmente registados em Angola, número que não tem parado de aumentar.

População Portuguesa e de Origem Portuguesa em Angola 2005-2010

Ano	Montante
2005	21.000
2006	45.000
2007	45.000
2008	60.000
2009	74.600
2010	91.900

Fonte: Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, in Observatório de Emigração.
<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=9>

São Tomé apoia a Guiné Equatorial

Durante a visita oficial que fez à Guiné Equatorial, em março, o Presidente de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, garantiu ao seu homólogo, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, o seu empenho pessoal para que a Guiné Equatorial seja, o mais breve possível, membro de pleno direito da CPLP. Esta posição de Pinto da Costa veio reconfirmar a posição de São Tomé e Príncipe assumida no tempo da presidência de Fradique de Menezes. Durante a Cimeira da CPLP, que teve lugar em São Tomé em 2004, através do Presidente Fradique de Menezes, o Presidente Obiang foi convidado a estar presente, dando assim início ao processo de adesão à CPLP.

Para Pinto da Costa, existem diversos laços que explicam e justificam a decisão de apoiar as pretensões de Obiang de aderir à CPLP. Para além dos aspectos comuns de uma história com mais de 500 anos, ligada aos descobrimentos portugueses e à respectiva colonização, a Guiné Equatorial ficou para sempre ligada ao nacionalismo são-tomense e a sua luta pela libertação do colonialismo quando em 1972, em Santa Isabel, nasceu o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP).

Para além de São Tomé e Príncipe, praticamente todos os membros da CPLP, à exceção de Portugal, mostraram grande vontade em apoiar a adesão da Guiné Equatorial. Aliás, o Ministro dos Negócios



Estrangeiros, Cooperação Internacional e da Francofonia da Guiné Equatorial esteve, a convite da presidência angolana da CPLP, em Lisboa para assistir, em fevereiro, à inauguração da nova sede da CPLP. Na mesma ocasião, o Governo da Guiné-Equatorial e o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) assinaram o Protocolo de Cooperação no domínio do desenvolvimento de ações de promoção da Língua Portuguesa.

Apesar da resistência portuguesa, que pretende que, antes que se tome decisão final, haja uma avaliação aos progressos registados pela Guiné Equatorial na implementação do português e noutras áreas, nomeadamente nos avanços da democracia e respeito pelos direitos humanos. Uma decisão final poderá ser tomada durante a Cimeira da CPLP que se realizará, em junho, em Maputo.

A visita de Manuel Pinto da Costa a Guiné Equatorial enquadrou-se na política definida pelo Chefe de Estado são-tomense de incremento da cooperação com os parceiros tradicionais de São Tomé e Príncipe, nomeadamente no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da região do Golfo da Guiné.

Resultado direto da visita do Presidente Pinto da Costa à Guiné Equatorial, foi o anúncio de um apoio de 2 milhões de USD para o orçamento santomense. A disponibilidade da Guiné Equatorial, para financiar projetos inscritos no Orçamento Geral do Estado de São Tomé e Príncipe.



Instabilidade na Líbia

Quatro meses após a queda do regime de Khadafi, a frágil coligação que o derrubou começou a mostrar sinais de clara ruptura entre os seus membros. A zona leste do país, onde se situam mais de 70% das reservas petrolíferas nacionais, pôs em causa a unidade nacional ao declarar a criação de um governo próprio. Recuperando o nome de Cirenaica, apoiou-se no argumento que o novo regime líbio, dirigido pelo Presidente do Conselho Nacional de Transição (CNT), Mustafá Abdelyalil, estava, tal como o regime de Khadafi, a marginalizar esta zona do país. Uma das razões concretas de protesto tem a ver com o facto da nova lei eleitoral, que servirá para as eleições de Junho, procedeu a uma reforma que vai atribuir menos lugares à região leste do país no futuro parlamento.

A decisão de criar este governo autónomo surgiu durante uma reunião que se realizou em Bengasi, em inícios de março, e que reuniu mais de 3 mil chefes de tribos e de milícias. Foi nesta região que se iniciou a revolta contra o regime de Khadafi. Desta reunião nasceu o Conselho de Cirenaica, ou Barqa na sua designação árabe. Para liderar o Conselho de Cirenaica foi escolhido Ahmed al Senussi, o qual afirmou que as suas prioridades são a resolução dos problemas regionais e a defesa dos direitos dos cidadãos do leste do país, intenções suficientemente vagas para poderem incluir diversos assuntos.

Apesar da criação deste Conselho poder ser entendida como um primeiro passo para uma possível futura independência do leste do país, os líderes do Conselho da Cirenaica deixaram bem claro que não é sua intenção promover a fragmentação da Líbia, reconhecendo o Conselho Nacional de Transição como símbolo da unidade do país e legítimo representante líbio nos círculos internacionais. Apesar desta declaração de intenções, o Conselho da Cirenaica pretende que o país adopte um modelo federal, semelhante ao que existiu quando o país ascendeu à independência com o Rei Idris. O modelo federal que já vigorou tinha três regiões: Cirenaica (no leste); Tripolitânia (oeste) e Fezzan (sul). O regresso ao modelo federal é rejeitado pelo CNT.

O anúncio da criação do governo autónomo em Bengasi foi mal recebido pelo governo interino em Tripoli. Mustafá Abdelyalil, Presidente do CNT, acusou alguns países árabes e movimentos internos de estarem por detrás desta tentativa de quebrar a integridade territorial da Líbia.

CEDEAO Elegeu Novos Dirigentes

A Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Ocidental elegeu, durante a sua 40ª Cimeira que se realizou na Nigéria em fevereiro, os seus novos dirigentes.

Kadré Désiré Ouédraogo, antigo Primeiro-Ministro e atual embaixador do Burkina Faso na Bélgica, foi designado novo Presidente da Comissão da CEDEAO por um período de quatro anos. Désiré Ouédraogo substituiu no cargo James Victor Gbeho.

Para o cargo de Presidente da CEDEAO, até agora ocupado pelo Presidente nigeriano Goodluck Jonathan, foi escolhido o Presidente da Costa do Marfim Alassane Ouattara.

A nova equipa dirigente da CEDEAO entrou em funções no dia 1 de março. Para além dos novos Presidente da CEDEAO e da Comissão, foram escolhidos um novo Vice-Presidente e os novos Comissários:

- Toga Gayewea Mcintosh (Libéria), Vice-Presidente;
- Salamatu Hussein Suleiman (Nigéria), Comissária para os Assuntos Políticos, Paz e Segurança;
- Khadi Ramatu Saccoh (Serra Leoa), Comissária para a Administração e Finanças;
- Lapodini Marc Atouga (Togo), Comissário para Agricultura, Ambiente e Recursos Hídricos;
- Hamid Ahmed (Níger), Comissário para Comércio, Alfândegas, Indústria Mineira, Livre Circulação e Turismo;
- Ibrahim Bocar Ba, (Mali), Comissário para Política Macroeconómica;
- Ebrima Njie (Gâmbia), Comissário para as Infraestruturas.

A par das eleições dos novos dirigentes, esta Cimeira da CEDEAO abordou especialmente dois assuntos: as questões de segurança na região e o processo de integração regional.

No que diz respeito à primeira, foi constatada a expansão da pirataria no Golfo da Guiné e a necessidade de reforçar a cooperação, nesta matéria, com a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e com a ONU.

A rebelião militar que decorre no norte do Mali foi também um dos pontos da discussão. A CEDEAO condenou veementemente a rebelião do Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA) no Mali e exprimiu o seu apoio total aos esforços do Governo do Mali na defesa da sua integridade territorial. Os rebeldes tuaregues, que reclamam um Estado independente na região de Azawad, no norte do

país, lançaram uma ofensiva militar contra as guarnições do exército maliano, mas que acabaram por atingir a população. Esta é a quarta rebelião tuaregue que o Mali vive desde a independência do regime colonial francês na década de 60. A última terminou em 2008.

Apelando para um imediato e incondicional cessar das hostilidades pelos rebeldes, a Cimeira apelou às partes em confronto para que cessassem as hostilidades e iniciassem um processo negocial. Paralelamente, a Cimeira autorizou o desembolso de três milhões de dólares para ajudar o Mali a lidar com as consequências humanitárias da rebelião.

Sobre a democracia e boa governação, a Conferência instruiu a Comissão a intensificar os seus esforços dirigidos para o aprofundar da cultura democrática na região. Em particular, exortou a Comissão a continuar a apoiar os Estados-membros nos seus processos eleitorais para garantir a condução de eleições livres, justas e transparentes. Apelou os Estados-membros e a Comunidade Internacional a dar total apoio à Guiné-Bissau nos seus preparativos para as eleições presidenciais para garantir resultados pacíficos e bem-sucedidos.

Já no que diz respeito à integração regional, é de realçar a adoção do quadro regulamentar e operacional ligado ao transporte aéreo dentro do espaço da CEDEAO, bem como a urgência demonstrada pelos dirigentes face a um novo acordo entre a África Ocidental e a União Europeia centrado no desenvolvimento, dentro daquilo que é o Acordo de Parceria Económica mantido pelas duas partes.

A próxima Cimeira da CEDEAO terá lugar em junho, em Yamoussoukro, capital da Costa do Marfim.



Chivukuvuku Candidato às Presidenciais Angolanas

O antigo Conselheiro de Savimbi e membro histórico da UNITA, Abel Chivukuvuku apresentou, a 14 de março, a sua candidatura às eleições presidenciais em Angola. Depois de várias tensões com a liderança da UNITA e com o seu Presidente, Isaías Samakuva, Chivukuvuku decidiu avançar com o apoio de uma nova formação política, Convergência Ampla de Salvação Nacional (CASA). Mais de uma centena de militantes decidiu pôr fim a sua ligação à UNITA juntando-se à nova formação política. Entre as figuras que abandonaram a UNITA destacam-se Carlos Morgado, antigo médico de Jonas Savimbi e Odete Ludovina antiga responsável da ala feminina da UNITA.

Chivukuvuku, foi um dos mais importantes membros da ala política da UNITA durante os anos de Savimbi. No processo de paz de Bicesse assumiu o cargo de chefe adjunto da delegação da UNITA na Comissão Conjunta Político Militar (CCPM).

Em 1992 foi designado secretário das Relações Externas da UNITA e mandatário eleitoral da lista de candidatos deste partido às legislativas e da candidatura de Jonas Savimbi às presidenciais. Em 1993, após o recomeço da Guerra Civil no país, foi ferido nos confrontos militares de novembro em Luanda e mantido sob custódia das autoridades governamentais quase durante um ano.

Entre 1995-96 foi assistente político permanente de Jonas Savimbi, tendo sido escolhido como enviado do presidente da UNITA junto do chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos. Entre 1997 e 1998 assumiu o cargo de líder da bancada da UNITA.

Depois do fim da guerra em Angola em 2002, foi Secretário para os Assuntos Parlamentares e Diretor da candidatura de Isaías Samakuva à presidência da UNITA, A partir de 2004, começaram a ser visíveis os desentendimentos entre Chivukuvuku e Samakuva, os quais tinham na sua origem uma luta pela liderança e estratégias diferentes sobre o caminho a seguir pelo maior partido da oposição.

No último Congresso da UNITA, realizado em dezembro passado, Abel Chivukuvuku desistiu de se candidatar à liderança, dando a entender a sua decisão de abandonar o partido e seguir o seu próprio caminho.

Face ao claro enfraquecimento da UNITA e do seu líder, que será o candidato oficial às presidenciais deste ano, Chivukuvuku surge como o candidato com mais projeção no âmbito da oposição.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@portugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05